



ATA Nº 004/2025

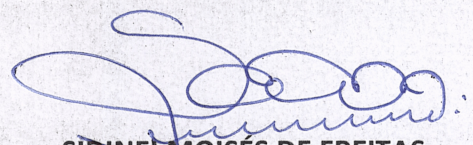
Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de junho de 2025, às 10h, no realizou-se Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), tendo por local o auditório do Hospital Bruno Born, em Lajeado/RS. Estiveram presentes os prefeitos de Sério, Lajeado, Pouso Novo, Venâncio Aires, Fazenda Vilanova, Santa Clara do Sul, Tabai, Boqueirão do Leão, Colinas, Canudos do Vale, Mato Leitão, Estrela, Marques de Souza, Poço das Antas, e os vice-prefeitos de Lajeado, Forquetinha e Arroio do Meio, além de assessores e secretários municipais. Os trabalhos foram conduzidos pelo presidente Sidinei Moisés de Freitas, que convidou para formarem a Mesa Oficial a vice-presidente, prefeita de Lajeado Gláucia Schumacher; o diretor-executivo do Hospital Bruno Born, Cristiano e o tesoureiro da Amvat, prefeito Fábio Mertz. Após saudações dos integrantes da Mesa o presidente colocou em discussão o primeiro assunto da pauta, referente ao projeto de concessão das rodovias do Bloco 2, que atinge o Vale do Taquari. “Eu, particularmente, não estou satisfeito com a devolutiva do Estado. Precisamos uma posição final do Estado”, afirmou o presidente, questionando os demais prefeitos se tiveram suas reivindicações atendidas no projeto final apresentado e colocando a palavra à disposição para manifestações. O prefeito de Teutônia, Renato Altmann, foi enfático: “Somos totalmente contrários ao projeto apresentado. Pagar pedágio para prejudicar a mobilidade urbana em nosso município não dá. Se continuar assim, vamos pedir a exclusão da Via Láctea (ERS-128) do projeto”, afirmou. O prefeito de Fazenda Vilanova, Amarildo da Silva, também reclamou e disse que nada do que foi apresentado por seu município foi agregado ao projeto. “Se for para trazer insegurança e piorar a mobilidade, não queremos”. Jarbas da Rosa, de Venâncio Aires, observou que seus pedidos foram parcialmente atendidos, mas alertou que a prioridade deve ser a mobilidade, e não apenas baixar o valor do pedágio. Da mesma forma o prefeito de Mato Leitão, Arly Stöhr, demonstrou descontentamento com o projeto, citando situações que vão isolar moradores e que não foram contempladas novamente. A prefeita de Estrela, Carine Schwingel, também não ficou satisfeita com o que foi apresentado. Além disso, segundo ela, tem ocorrido reuniões com diferentes entidades para tratar da concessão e há informações desencontradas em relação ao free flow, por exemplo. Para ela, é preciso maior união das entidades regionais em torno do tema. A prefeita de Lajeado, Gláucia Schumacher disse que, assim como os demais, seu município não teve todos os pleitos atendidos. Destacou que as reuniões individuais, para que os prefeitos possam apresentar suas sugestões, são importantes. No entanto, para ela, as prioridades de cada um devem ser levadas ao Governo por meio de suas entidades, para terem mais chance de serem contempladas. “Acho que nós temos que avaliar, cada um, o que precisa em seu município, mas definir enquanto região o que é prioridade. Nós, como região, temos que pedir o principal de cada um. A Amvat deve



fortalecer os pedidos dos municípios”, ponderou a prefeita. Ao final das manifestações ficou definido que a Amvat vai solicitar uma nova reunião com a Secretaria de Reconstrução e com o vice-governador, para todos os prefeitos, para que possam ser apresentadas as demandas regionais em relação à concessão. Os prefeitos de Canudos do Vale e Venâncio Aires observaram que a questão, agora, é política, que deve ser focado neste aspecto também, sendo importante que, numa reunião com o governo, participem os prefeitos e não representantes. Também foi alertado, pelos prefeitos, que depois de firmado o contrato não vai haver mais obras e que, se isto acontecer, só ocorrerá se houver aumento de tarifa. Sobre a isenção de ISS pelos municípios, o que foi proposto pelo governo para reduzir a tarifa do pedágio, o prefeito de Fazenda Vilanova, Amarildo da Silva, alertou que a Constituição Federal diz que os municípios não podem abrir mão de receitas. Além disso, segundo ele, os prefeitos não têm garantia que, abrindo mão do ISS, não terão problemas futuros. Para a prefeita de Estrela, Carine Schwingel, mais uma vez a conta “cai no colo” dos municípios. Na sua opinião, o impacto na tarifa, com a isenção de ISS, será muito pequeno – apenas R\$ 0,01 (um centavo) – e certamente as prefeituras terão mais despesas com a manutenção das estradas municipais para onde o tráfego deve ser dirigido como alternativa. Ficou definido, por fim, que será feita uma consulta ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS) para saber qual o seu posicionamento. Encerrado este assunto o presidente colocou em pauta pedido da Univates pra patrocínio de um livro “Marcas na Paisagem”, o qual reúne mais de 600 imagens capturadas durante as enchentes históricas que assolaram a região em 2023 e 2024. O pedido é de um patrocínio de R\$ 30 mil, que não foi aprovado. Vários municípios manifestaram interesse em ter exemplares, o que será informado à Univates. Também houve pedido do Grupo A Hora para patrocínio de palestra, o que será definido após consulta a todos os prefeitos. Em seguida ocorreu a participação do presidente da CIC-VT, Ângelo Fontana, que falou sobre o projeto Reconstrói RS, pelo qual serão destinados recursos para as prefeituras executarem obras de reconstrução. O objetivo é fazer uma reunião com os setores jurídico e de licitações, a fim de alinhar os procedimentos, já que haverá uma contrapartida das prefeituras. Ficou definido que esta reunião será no dia 3 de julho, em local a ser definido pela Amvat e depois informado a todos. Foi aprovada, ainda, correspondência à ANTT solicitando maior fiscalização em relação às obras de manutenção da BR-386, executadas pela concessionária CCR ViaSul. O presidente comunicou, ainda, que está tratando da elaboração do projeto arquitetônico da nova sede, a qual teria espaço também para a Amturvaes e Avat, e que, a pedido do senador Heinze, está sendo marcada uma reunião com o parlamentar, para prefeitos e secretários, no dia 4 de julho. O senador colocou-se à disposição para auxiliar os municípios nas questões relacionadas à reconstrução. Esta reunião será às 9h30min, também no auditório do Hospital Bruno Born. Em razão destas reuniões, não haverá assembleia em julho, devendo a próxima ocorrer no dia 22



de agosto, em Marques de Souza, junto com encontro de Primeiras-Damas. Sendo estes os assuntos em pauta e nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou os trabalhos e, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.



SIDINEI MOISÉS DE FREITAS
PRESIDENTE DA AMVAT